



XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil



Segurança Pública e Privada sob perspectiva do “delinquente”

Ana C.K. Inada

Resumo

O escopo deste trabalho é analisar a relação entre policiamentos e jovens da periferia nos espaços urbanos. Por meio da coleta de dados, propuz uma análise do imaginário de segurança e como ela pode estar articuladas à circulação destes jovens em espaços centrais da cidade e Shoppings Center, à partir das arbitrariedades das seguranças pública e privada e outros agentes sociais, que compõem a segregação espacial e social destes jovens.

Palavras-chave:

Segurança, policiamento e juventude.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar como os jovens da periferia percebem os policiamentos por meio das arbitrariedades policiais e outras formas de segregação social. Nesse sentido, as arbitrariedades policiais se manifestam com o pretexto da “manutenção da ordem social”, ao passo que para compreender esse movimento deve-se perceber que os policiamentos e outras formas de controle social, localizadas também pelo uso da força ou ameaças de sanção dos familiares, evidenciam a produção de diferenças sociais, quando negligenciam os jovens periféricos nos espaços urbanos. Para isso, o trabalho foi desenvolvido por meio da coleta de entrevistas e relatos dos alunos de um cursinho popular e jovens que circulam nos Shoppings Dom Pedro e Parque das Bandeiras, em Campinas.

Resultados e Discussão

A coleta de dados apontou para o uso da força policial sobre os jovens da periferia, mesmo quando não existia delito por parte desses jovens; Isto compõe a expressiva maioria dos relatos. A recorrência da arbitrariedade policial (Guarda Municipal, Polícia Militar e Agente de Segurança Privado) somada a comentários da população direcionados a esses jovens por estarem em determinados espaços urbanos acontecem, na sua grande maioria, em espaços Públicos e *shoppings*. Não obstante, a circulação desses jovens nesses espaços urbanos está vinculada à ideia de lazer, pois são gratuitos e quase única possibilidade, frente a escassez de equipamentos públicos do Estado. Assim, a circulação dos agentes sociais em ambientes centrais da cidade de Campinas ou centros comerciais, como o *Shopping*, faz com que estes ambientes sejam espaços de contestação. Dado que, ao circular por esses ambientes instaura-se um movimento contrário à finalidade desses espaços sociais, pois tais espaços possuem uma pressão histórica produtora de homogeneidade social, à medida que esses sujeitos circulam por esses espaços como consumidores do ambiente é posto uma variabilidade contestadora da homogeneidade social (ZUKIN, 2000).

Ressalta-se que a coleta de dados foi possível através de um grupo de discussão no qual exerci o papel de moderadora. O grupo foi organizado por agentes do espaço cultural Maloca Arte e Cultura, localizado na Vila União em Campinas. Esse grupo proporcionou debates que me orientaram ao decorrer do trabalho, por meio dele

foi possível localizar a ideia de produção de valores inscritos nas *ruas dos bairros pobres* (Feltran, 2012).

A relação entre os relatos coletados e a produção de valores periféricos podem ser evidenciados por meio da mobilização de ideias dos agentes sociais estudados. Isto se demonstra quando é atribuído o papel de *trabalhador* ao policial e mesmo quando este papel não lhe é atribuído. Tal processo evidencia uma das ferramentas que os sujeitos interpretam os problemas sociais, como a arbitrariedade policial e a segregação sócio-espacial.

Conclusão

À partir do olhar dos “delinquentes” é possível notar a existência de pequenas diferenças na forma da atuação policial da segurança pública e privada; Quando a questão é a atribuição desses jovens periféricos à “desordem” ou “criminalidade”, tanto os agentes de segurança pública, como os de segurança privada convergem. Logo, questiona-se a técnica policial que se é utilizada, visto que esta técnica se desenvolve sob a Constituição Federal de 1988 como uma política nacional de combate à violência, ao passo que o próprio conceito de Segurança Pública permanece sem avanços em uma agenda de reformas, de modo a instaurar uma nuvem de insegurança, pois ainda está sob a “lógica do direito penal” (LIMA, BUENO e MIGARD, 2016!); Nesta perspectiva, os jovens compreendem a atuação policial como um papel do Estado, e que estes agentes de segurança “devem satisfação à sociedade”. Todavia, “satisfação” é uma ideia ligada à noção de cidadania e direitos humanos, em contraste com uma noção hegemônica de segurança como, apenas, mantenedora de uma ordem ameaçada por “delinquentes”— neste caso, os jovens da periferia.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, pelo financiamento deste trabalho, à Susana Durão pela orientação desta minha primeira pesquisa. aos meus amigos que me ajudaram ao decorrer do processo, Gabriela, Mariana, Júlia e Bruno. E aos meus pais e minhas irmãs que me inspiram a nunca desistir.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. **O espaço da diferença. Campinas: Papyrus**, p. 104-115, 2000.

DE SANTIS FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). **Rev. bras. segur. pública| São Paulo v. 6**, 2012.

DE LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 1, p. 49, 2016.